

---

Resumo Expandido (Pôster): Eixo 3 - Políticas, Gestão e Avaliação Pós-LDBEN

**A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
ANOS FINAIS:  
ATENDENDO ÀS DEMANDAS DO SAEB**

Vinícius André da Silva Santos –UFAL/Maceió<sup>1</sup>

Matheus Vieira da Silva –UFAL/Maceió<sup>2</sup>

Givanildo da Silva<sup>3</sup>

---

**Resumo:** O presente estudo integra a etapa inicial de uma pesquisa voltada à formação continuada de professores, com ênfase nas demandas impostas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Trata-se de uma investigação de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão de literatura e análise documental. O objetivo deste estudo consiste em analisar as percepções dos professores diante das formações contidas frente às exigências do SAEB. Os resultados apontaram que as políticas de avaliações externas ao invés de instalar-se como meio de subsidiar as práticas docentes acabam regulamentando a atuação de seus profissionais.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Avaliação Externa. SAEB.

### **Introdução**

A busca pela qualidade educacional tem sido recorrente na educação brasileira. Desde a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a educação luta por melhorias, tentando constatar por meios de metas mensuráveis e indicadores objetivos como avança o desempenho educacional.

A partir da Constituição Federal de 1988 e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem de 1990, o Estado brasileiro adotou

---

1 Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus A. C. Simões. Pedagogo. Membro do GAE - Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5809468260811565>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1863-4047>.

2 Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus A. C. Simões. Pedagogo - Bacharelado em Direito pela Universidade Estácio de Sá - Membro do GAE - Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7307320530610845>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-9832-1088>.

3 Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Integrante do GAE (Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação Educacional). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3702199251733170>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5490-6690>.

um planejamento para se adequar aos acordos internacionais. Nessa lógica, o Brasil criou políticas públicas voltadas para a qualidade educacional e no que se refere à formação de professores, tentando buscar uma qualificação de desempenho que atende ou se aproxima aos demais Estados.

Por tanto, com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996, o sistema educacional brasileiro avançou no tocante aos direitos que os professores, por uma valorização da prática pedagógica e da formação permanente para ministrar as aulas com qualidade. Outra política pública que visa à melhoria da qualidade educacional é o Plano Nacional de Educação (PNE), que, por meio de estratégias e metas, estabelece diretrizes para o compromisso com o direito à educação.

Para além de criação de políticas públicas, o Estado brasileiro e demais parcerias públicas e privadas se interessam em dialogar sobre a qualidade educacional. Diante desse cenário, é importante destacar a criação do Decreto nº 8.752/2016 – Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, que visa a articulação entre os entes federativos e demais instituições formadoras que podem ser em nível filantrópico ou empresas privadas.

Esse decreto se deu logo após a Declaração de Incheon em 2015, que tem como tema: “Educação 2030: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos” (UNESCO). Esses debates e transformações organizacionais no sistema educacional brasileiro contribuíram também para a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Resolução CNE/CP nº 1/2020 – BNC Formação Continuada, visando atender um conjunto de aprendizagens essenciais para a educação básica e melhorias para o trabalho docente. Contextos esses ancorados nos resultados e discussões a seguir.

### **Materiais e métodos**

A pesquisa seguirá uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo-interpretativo para a construção deste resumo expandido, buscando coletar dados em sua totalidade para não deixar informações importantes desconsideradas para análise mais completa do problema Lüdke e André (2018).

A coleta de dados será realizada por meio de questionário eletrônico (Google Forms), contendo perguntas objetivas e abertas, possibilitando a análise reflexiva dos impactos das formações externas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) no planejamento pedagógico e autonomia docente. Portanto, o objetivo deste estudo consiste em analisar as percepções dos professores diante das formações contidas frente às exigências do SAEB.

A partir desse cenário reflexivo, iremos adotar um diálogo na revisão da literatura, pois como destaca Soares e Antunes (2022) é importante utilizar a revisão da literatura, considerando a apresentação de alguns autores para demonstrar diversos pontos de vista, de percepções, de compreensão sobre um conceito, especialmente no que tange sobre qualidade da educação e formação de professores.

### **Discussão dos resultados**

Os resultados da pesquisa mostraram que o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) transformou as práticas pedagógicas que ocorrem na sala de aula. Nessa perspectiva, percebe-se uma luta constante para atingir a qualidade educacional diante das avaliações em larga escala, de forma que os testes padronizados impactaram diretamente as funções docentes, alterando as rotinas e processos pedagógicos. Portanto, se faz necessário destacar que “em relação aos testes, as funções do professor ficam condicionadas aos resultados dos estudantes nas avaliações externas e em larga escala. Percebe-se, assim, um estreitamento de funções, tanto curricular como do papel docente na formação dos educandos” (Amestoy; Mattos; Tolentino-Neto, 2022, p. 118).

Com base na coleta de dados dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental do 9º ano, foi possível analisar as percepções frente às formações externas, que os docentes consideram importante voltadas ao Saeb, tanto para componente curricular de língua portuguesa, matemática e ciências. Durante o primeiro semestre do ano letivo, os docentes responderam que participaram da formação continuada mais de dois encontros no mesmo horário em que iria ministrar aula, sendo assim, diminuindo a carga horária letiva dos alunos frente às habilidades que necessitam ser desenvolvidas.

Referindo-se à formação continuada, se faz necessário manter o conhecimento constante para aprimorar as práticas pedagógicas e integrar o contexto com a realidade da comunidade escolar. Para Silveira (2022), a formação do docente é uma estratégia importante para qualificar o profissional diante das exigências do sistema educacional. No entanto, as demandas do Saeb têm interferido frente a projetos educacionais e formações continuadas, mediante as ações da coordenação pedagógica possa estabelecer diante dos desafios enfrentados pela instituição em sua realidade.

Outros pontos relevantes das respostas docentes sobre a formação continuada frente às exigências do Saeb, foi como o planejamento, conteúdo e as orientações que são organizadas

e passadas para cada profissional diante seu componente curricular. Cada professor teve uma percepção diferente frente a esses questionamentos, diversificando como as formações externas alteram a autonomia do professor, transformando as práticas pedagógicas diferente da sua realidade em sala de aula.

Os docentes de língua portuguesa e ciências destacaram que o planejamento e o conteúdo da formação continuada externa sobre Saeb, tem que ser adaptado com realidade da sala de aula, que dependendo do formador os docentes avaliam como forma positiva ou negativa. Todavia, são os conteúdos da sala de aula que acabam sendo adaptados aos indicadores de qualidade das avaliações externas. Do mesmo modo, para o docente de matemática, o plano de ação da formação geralmente segue com clareza para contribuir na melhoria das aulas para o Saeb, evidenciando as formações externas como ação pedagógica positiva.

### Considerações finais

Nesse diálogo sobre as exigências do Saeb diante das formações continuadas externas, é possível analisar que essas formações seguem orientações que regulam o comportamento dos docentes em sala de aula, direcionando-os a adotar ações pedagógicas voltadas ao alcance de objetivos externos (Afonso, 2007).

Por conseguinte, nota-se que as políticas de avaliações externas ao invés de instalar-se como meio de subsidiar as práticas docentes acabam regulamentando a atuação de seus profissionais aos indicadores de qualidade formulados por aqueles que estruturam as avaliações, penalizando aqueles que não estiverem seguindo os moldes avaliativos. Logo, torna-se explícita a necessidade da reconfiguração das finalidades do Sistema de Avaliação da Educação Básica para que sirva de subsídio assistencial ao trabalho docente e não como via de modelagem do trabalho do professor que conhece a realidade. Eis, portanto, o desafio!

### Referências

AFONSO, A. J. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. *Contrapontos* (Itajaí/SC), v.7, n.1, p.11–12, 2007.

AMESTOY, M.; MATTOS, K.; TOLENTINO-NETO, L. Avaliações externas e em larga escala e os organismos internacionais: da accountability educacional à cultura da performatividade. *Revista Lusófona de Educação* (Lisboa), n.56, p.111–125, 2022. Disponível em: <https://recil.ulusofona.pt/bitstreams/a8ff34a8-15dd-4f14-9af5-9ac1d6cdce87/download>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília/DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União* (Brasília/DF), seção 1, p.27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União* (Brasília/DF), seção 1, p.1, 26 jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 03 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. *Diário Oficial da União* (Brasília/DF), seção 1, p.5, 10 maio 2016. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm). Acesso em: 03 jul. 2025.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação continuada de professores da educação básica. *Diário Oficial da União* (Brasília/DF), seção 1, p.49, 28 out. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285529820>. Acesso em: 03 jul. 2025.

FINELLI, L. A. C.; SOARES, W. D.; ANTUNES, C. C. O que é uma revisão da literatura? A estrutura metodológica de revisões. In: FINELLI, L. A. C.; SOARES, W. D. (Orgs.). *Revisão bibliográfica: o uso da metodologia para a produção de textos*. v.2. 1.ed. Guarujá/SP: Editora Científica Digital, 2022. p.60–74.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2.ed. reimpr. Rio de Janeiro/RJ: E.P.U., 2018.

UNESCO. *Declaração de Incheon: Educação 2030 – rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos*. Incheon/Coreia do Sul, 2015. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137_por). Acesso em: 03 jul. 2025.